



AMEAÇA DE UMA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

(POSIÇÃO DOS EE.UU., GRÃ-BRETANHA, COMMONWEALTH
E U.R.S.S.)

RENÉ GRANDCHAMP

Traduzido, *data vênia*, da "Revue Militaire d'Information", de janeiro de 1954, pelo Tenente-Coronel FLORIANO MÖLLER.

Já em novembro de 1953, o economista inglês Collin Clark (1) num artigo inserido no "Manchester Guardian" previa uma "crise se desenvolvendo rapidamente" no decorrer da metade do corrente ano e provocando o desemprego de 6 a 7 milhões de trabalhadores nos Estados Unidos, numa população obreira de cerca de 60 milhões de pessoas. Ora, os economistas sabem que qualquer retraimento da atividade econômica americana provoca *ipso facto* uma "reação em cadeia". A América do Norte é um país de enormes riquezas naturais que a tornam menos dependente da importação, do que muitos outros países. Quando os atacadistas e varejistas americanos tratam de re-

duzir seus estoques, porque o futuro os inquieta por uma ou outra razão, as importações são reduzidas e em seguida o "chômage" se desenvolve.

No decurso da crise de 1929-32, com a redução de cerca de 65 % da produção das fábricas americanas, as importações do Reino Unido diminuíram quase 80 % e as da zona do estenino, de que a Grã-Bretanha faz parte, diminuíram ainda mais. Dêsse modo, uma recessão relativamente fraca nos EE.UU tem repercussão profunda na Inglaterra, porque este país não pode mais obter os dólares necessários para comprar os elementos vitais que são os produtos alimentícios e as matérias-primas de que tem

(1) Economista de reputação mundial e ex-Ministro na Austrália, sua terra natal (N.T.).

necessidade para manter o padrão de vida de seus habitantes. As dificuldades inglesas podem ainda ser agravadas pelo fato de que as importações americanas provenientes do Canadá, uma outra fonte de dólares para a Grã-Bretanha, sejam igualmente diminuídas. Em suma, a Grã-Bretanha sofre ainda mais e, lhe é necessário muito mais tempo para se restabelecer de uma redução geral dos negócios internacionais do que a maioria dos outros países.

Se Collin Clark tem razão, teremos que fazer frente a dias difíceis. Mas, êle terá razão? A resposta a esta pergunta interessa ao mundo inteiro.

O PROGRAMA DE EISENHOWER

A 4 de janeiro, em uma irradiação televisionada, o Presidente Eisenhower definia os principais objetivos de sua administração: assegurar aos Estados Unidos u'a melhor segurança e uma prosperidade crescente e, para isso, pôr em ação todos os meios legais, em caso de necessidade; não demonstrar "uma fria indiferença" para com aqueles que, sem ser por culpa própria, se encontrem em uma situação difícil. Ao mesmo tempo enunciava as realizações econômicas já alcançadas: detenção da baixa vertiginosa dos preços agrícolas e da inflação para evitar o aviltamento da moeda. O governo, orientado pelo bem comum e tendo em vista o bem-estar da família americana, admitia que os investimentos privados compensariam as reduções das despesas com a fabricação de armamentos.

No dia 7 de janeiro, o presidente enviava ao Congresso sua mensagem "sobre a situação da União", a qual, em grandes linhas, previa uma redução de 8 % do orçamento federal; facilidades fiscais; compressão de despesas e a liberação do câmbio e de pagamentos.

Mensagens posteriores tratariam relações entre patrões e trabalhadores, do programa sanitário, de questões relativas ao ensino e habitação.

A mensagem teve boa acolhida entre os parlamentares, exceto no que se referia à compressão de despesas no domínio agrícola; os agricultores querem que lhes sejam mantidas as subvenções atuais e numerosos parlamentares democratas apoiam os republicanos de regiões agrícolas. Uns e outros aguardam a execução das medidas propostas com alguma apreensão. O presidente constatou, por outro lado, que as relações dos EE.UU. com o estrangeiro haviam entrado em uma nova fase, que poderia ser favorável a "gregos e troianos", condicionado a que fôsse dado um novo passo para a criação de um sistema de comércio e pagamento, mais são, mais liberal, num mundo livre, que não pode permitir por mais tempo as limitações comerciais arbitrarias aplicadas depois da guerra. Esta é uma afirmativa corajosa porque indica o único meio de reerguer o padrão de vida das populações européias.

Em suma, os EE.UU. deveriam acolher mais liberalmente os produtos estrangeiros e conceder créditos aos países alienígenas para facilitar a conversibilidade de suas moedas. Todavia, a causa não está ganha, embora o presidente tenha prometido submeter ao Congresso, recomendações minuciosas após o relatório que a Comissão de Política Econômica Externa lhe deveria remeter a 6 de março último.

Esta comissão, presidida por Clarence Randall, reuniu em Paris, de 8 a 15 de novembro de 1953, os peritos americanos na Europa e constatou que se os europeus não pedissem para vender aos americanos, era preciso que se fizesse o possível para que êles afrozassem sseu protecionismo. Ora, o *Buy American Act* de 1933 e o *Defense Production Act* de 1931 levantaram poderosas barreiras aduaneiras, muitas das quais são injustificadas, em particular aquelas que atingem certos produtos franceses que não concorrem de maneira alguma com os produtos americanos. Malgrado esta evidência é possível que se trave êste ano no Congresso, uma luta bastante viva

a propósito de tarifas. Com efeito, os protecionistas que dominaram até a crise de 1929 reprovam o liberalismo de Mr. Randall tanto quanto o do Presidente. Os dirigentes das indústrias químicas e têxteis, bem assim os proprietários de minas se levantam contra as reduções tarifárias e como controlam os produtos "estratégicos" em tempo de guerra, sua campanha visa impedir quaisquer concessões, sob o pretexto de que elas prejudicariam a defesa nacional, tornando os EE.UU. caudatários do estrangeiro para os produtos essenciais. A batalha lembraria a de 1840 na Inglaterra, a propósito da derrogação das leis sobre cereais, que de ultraprotecionistas, passou a livre-cambista... , o que lhe deu um século de prosperidade.

Os livre-cambistas não se mantêm inativos; estão em maioria (10 contra 7) na Comissão Randall, em que o presidente partilha de suas opiniões. Entretanto, êste precisou redigir dois relatórios — um exprimindo o ponto de vista protecionista e outro da maioria. O segundo relatório compreendia principalmente a abolição do *Buy American Act*, em virtude do qual os serviços governamentais deviam comprar de preferência às companhias americanas, desde que o preço delas não ultrapassasse de 25 % os das companhias estrangeiras. Por outro lado, a modificação num sentido mais liberal dos acordos comerciais recíprocos e sua extensão, estabelecendo medidas para auxiliar a conversibilidade de certas moedas e o reinício de trocas comerciais entre os EE.UU. e o bloco soviético seriam previstos igualmente. Naturalmente, as indústrias americanas que poderiam sofrer prejuízos em face das novas disposições deveriam ser auxiliadas e protegidas em suas dificuldades.

Porque esta luta entre os protecionistas e seus adversários? É que, pela primeira vez após 1945, se manifestam sintomas de recessão. Estes merecem uma "vigilância cuidadosa" recomenda o relatório que o "O.E.C.E." vem de publicar sô-

bre os EE.UU. Deve-se, por isso, considerar essa catástrofe como inevitável? Seguramente não. Em Karachi, a 1 de janeiro, Mr. Butler, Chanceler do Tesouro, dizia: "Muito se fala de uma recessão e muitos a consideram provável". Ele tinha razão.

As predições de Collin Clark, conforme opinião de economistas ingleses, estão baseadas em equações matemáticas excessivamente complexas. Sem dúvida, diremos nós, baseados no fato de que os EE.UU., desde 1951, a demanda é inferior à produção; que em 1952, os preços dos gêneros baixaram 9 %, consolidando o nível de vida mediocre dos agricultores; que os investimentos diminuíram e que, por último, as despesas militares também diminuíram.

O MERCADO AMERICANO

Tais são os índices pessimistas, mas, felizmente, há outros absolutamente contrários. Para os apreciar exatamente, é preciso, de início, lançar um golpe de vista sobre o estado atual da economia americana.

O mercado dos EE.UU. que compreende 160 milhões de pessoas, absorve a metade do aço e do petróleo produzidos no mundo e 3/4 da produção de automóveis. Eis porque o mesmo interessa a todos os países e, quando se o reduz internamente, ou seja, que haja uma recessão de 5 %, vagas de inquietude se propagam por todo o globo terrestre. O padrão de vida dos americanos aumenta sem cessar, enquanto que os demais procuram apenas chegar à estabilidade. As famílias que dispõem de uma renda anual de 4.000 a 7.500 dólares constituem um terço da população e seu número aumentou de 40 % depois de 1947. Por outro lado, o número de famílias com dois filhos dobrou depois de 1940 e malgrado o estancamento da imigração, a população aumentou 15 milhões depois de 1947. Assim, as teses dos sociólogos e demógrafos, segundo as quais os ricos têm me-

nos filhos que os pobres estão des-
troçadas.

O rendimento real disponível por habitante está fixado atualmente em 1.540 dólares, ou seja mais do dobro do de 1900 e aumentou apenas 12 % depois de 1947. Naturalmente, isto é acompanhado da ascensão de grande massa de cidadãos que formou uma classe dispondo de fundos suficientes. Daí o desaparecimento das classes sociais fortemente definidas até 1929. Os bens duráveis tornaram-se de uso corrente, enquanto que não o eram há 25 anos passados. Sobre um outro aspecto, a produtividade, — isto é, o rendimento horário do trabalhador — sem aumento de mais de 2 % anualmente; é a mais elevada do mundo. Em consequência, o poder de compra se desenvolve e da mesma sorte, o padrão de vida dos consumidores. O mercado, entretanto, está se modificando porque a psicologia americana é uma "resultante" das diversas raças que compõem os EE.UU. O americano que hoje ambiciona ardentemente um determinado produto, o abandonará, talvez, amanhã, com a mesma prontidão. Por outro lado, ele não é escravo de seus hábitos quanto o francês ou o inglês e eis porque é difícil penetrar no mercado americano que derruba quaisquer previsões.

Aquêles que prevêm uma crise devem se lembrar que o sistema econômico americano é atualmente mais flexível que em 1929. As margens de lucro sendo atualmente superiores às de antes da guerra; pode-se baixar os preços e aumentar simultaneamente, os rendimentos dos consumidores, melhorando seus salários e aliviando seus encargos fiscais. Dêsse modo, a procura, tanto quanto as vendas, se desenvolverão. Por outro lado, trata-se apenas de absorver os estoques excedentes, o que pode ser feito em cerca de quatro a seis meses, pois cada ano, a população dos EE.UU. aumenta de 2 1/2 milhões de pessoas e as necessidades já consideráveis do mercado interno aumentam igualmente.

Por outro lado, a reabsorção dos estoques não deve ser difícil porque êstes não podem constituir motivo para manobras especulativas, uma vez que os preços das matérias-primas não cessaram de baixar nestes dois últimos anos. Há ainda outras razões de otimismo: a economia privada se mantém em nível elevado, de cerca de 200 bilhões de dólares; a Caixa dos estabelecimentos de crédito está em plenitude; a 25 de janeiro começou o sistema de compras a crédito dos títulos da bolsa, o que fez aumentar o número de compradores. Enfim, a maior parte dos industriais admite que o vulto de seus negócios será comparável ao trimestre correspondente ao ano de 1953. Para o terceiro trimestre de 1953 as despesas de consumo foram de 223 bilhões de dólares contra 217 bilhões no ano de 1952.

Consideradas estas várias razões, pode-se dizer que duas técnicas se aperfeiçoam continuamente: uma que permite levar, sem interrupção, novos produtos ao nível de aquisição da massa e outra que desenvolve nesta o desejo ou necessidade de comprar novos produtos. Em outros termos, a tendência dos americanos em gastar largamente assegura o equilíbrio econômico de seu país.

Os dirigentes de todos os países, compreende-se, examinaram com a maior atenção a mensagem do Presidente Eisenhower, da mesma forma que suas declarações anteriores sobre a economia americana. Alguns declararam que se êle conseguisse convencer seus concidadãos que se devia preparar um orçamento tendo um *deficit* de uma certa ordem de grandesa, a recessão não seria tão grave quanto alguns países creem, sobretudo a Grã-Bretanha. Parece que esta fórmula prudente exprime uma visão exata do problema.

Certos economistas americanos admitem que, em 1954 poderá haver, na pior das hipóteses, um pouco mais de dois milhões de desempregados nos Estados Unidos. Esta opinião não é partilhada unanimemente. A 8 de janeiro, Emil

Rieve, vice-presidente do "C.I.O." um dos principais sindicatos centrais dos EE.UU., anunciava que o número de desempregados era então de 3.250.000, enquanto que o Departamento de Comércio não admitia senão 1.850.000 (2). Mr. Rieve via aí um sinal de regressão e pedia ao governo para combater com medidas enérgicas nos setores dos impostos, da segurança social, da agricultura e das obras públicas. Sabemos que é essa a preocupação essencial do Presidente Eisenhower.

A CONFERÊNCIA DO COMMONWEALTH

Na mesma ocasião inaugurava em Sidney a Conferência do Commonwealth, a mais importante que até agora teve lugar na Austrália, e que reuniu cerca de 150 ministros, conselheiros e secretários, sob a presidência de Richard Butler, Chanceler do Erário, que declarou que a mensagem do Presidente Eisenhower havia contribuído para reforçar a "zona do esterlino". Esta mensagem acentuava, em substância, a novidade da manutenção da economia americana em seu nível atual, que dava aos aliados a possibilidade de aumentar suas exportações e, acrescentava: "é nesta base de independência e de prosperidade que podemos ser melhor aliados e, de comum acôrdo trabalharemos para a consecução desse *desideratum*."

A Conferência tinha por objetivo o estudo das medidas que permitissem, eventualmente, compensar os efeitos de uma recessão nos EE.UU., bem como fornecer os meios de desenvolver os recursos da área do esterlino. Os ministros deviam por isso estudar a política de investimentos do "Commonwealth" e a cooperação no desenvolvimento desses recursos; as perspectivas de trocas na zona "sterling" em 1954, especialmente o problema da restrição das importações; e, enfim, as flutuações na

balança dos pagamentos. Isto supõe, evidentemente, o exame da questão da "preferência imperial".

Na hipótese de uma crise americana, a Grã-Bretanha, para manter suas importações, apelará para as reservas em ouro e dólares da zona do esterlino. Com efeito, seu interesse seria, de momento, aumentar suas compras no mercado americano, onde a crise atual acarretaria uma diminuição de preços. Por outro lado, a Austrália e a Nova Zelândia, cujas exportações se dirigem quase exclusivamente para a Inglaterra, não são favoráveis a uma tal proposição enquanto que o próprio Canadá poderá estar preocupado no tocante ao escoamento dos excedentes de produtos agrícolas.

O comunicado expedido a 15 de janeiro, no encerramento da Conferência, declarava que o Commonwealth devia fazer demonstração de um maior espírito de concórdia e incentivar as trocas comerciais; a zona da libra esterlina não poderia negligenciar os mercados externos e as exportações deveriam ser ampliadas ao máximo. Os ministros admitiam entretanto, que existe "alguma incerteza" quanto ao futuro do comércio mundial, eis porque reconheciam que a confiança era o primeiro fator a ser levado em consideração. No sistema mais livre, que eles preconizavam, a conversibilidade da libra desempenhava um papel essencial. O comunicado acentuou várias vezes, em suas treze fôlhas, que a posição da libra se consolidara a partir de 1952 e que consideráveis progressos foram registrados no aumento das reservas ouro e em dólares, de par com a ampliação dos recursos nos diferentes países da Commonwealth. Todavia, ponderava o mesmo comunicado, a maior parte desses países tem ainda necessidade de uma complementação de recursos financeiros vindos do exterior. Eis porque o "Commonwealth" convidava as demais nações a colaborar

(2) Segundo dados oficiais, em abril último, já havia mais de cinco milhões de desempregados nos EE.UU. (N.T.).

com ela nos problemas de caráter técnico que importem realmente na consolidação da paz e da prosperidade.

Tendo sido reduzidas as restrições impostas ao Tesouro inglês, os países do Commonwealth deviam se aprovisionar no mercado monetário londrino, para obterem os empréstimos necessários ao financiamento dos diversos programas de valorização. Naturalmente, as grandes exportações tradicionais deviam ser ampliadas, bem como aquelas que correspondem a uma variedade de mercados. Enfim, a Conferência regeitava a idéia de um sistema econômico fechado e discriminativo que não poderia levar senão a restrições crônicas e a crises periódicas. Os países da Commonwealth previram uma outra reunião em prazo curto.

No mesmo dia em que se encerrava a conferência, James Muir, Presidente do "Royal Bank of Canada" declarava na Assembléia anual do banco: "A conversibilidade se impõe". Falando a respeito do comércio internacional, James Muir expressava a opinião de que a zona do dólar devia baixar suas tarifas e "fazer praça de boa vontade no domínio monetário".

Deve-se registrar que é exato que há dois anos a situação econômica do Reino Unido melhorou consideravelmente. Atualmente o fiel da balança de pagamentos se orienta para o ponto de equilíbrio, enquanto que em 1951 o *deficit* havia chegado a proporções perigosas. A produção industrial de 1953 foi 5 % superior a de 1952. O aumento da produção carbonífera e o das exportações continuam sendo os objetivos principais da Inglaterra, porque a evolução para a conversibilidade depende, evidentemente, da capacidade de concorrência dos produtos ingleses e dos da área do esterlino, nos mercados mundiais.

PARA EVITAR A "RECESSÃO"

A gravidade das conseqüências de uma crise eventual ou apenas de uma recessão, não escaparia a

qualquer cidadão clarividente. As medidas preconizadas pela Conferência de Sydney e que se podem traduzir essencialmente pela fórmula "esforço no desenvolvimento das trocas internacionais num espírito de concorrência", mostram que foi compreendida pelos representantes de nove estados da Commonwealth.

Nos Estados Unidos, vimos que se passa o mesmo. Um outro exemplo, dos mais eloqüentes, o demonstra. Em novembro último, a "Standard Oil Company" (New Jersey) apresentou à Comissão Randall um estudo notável sob todos os pontos de vista, no qual, tendo em vista o mercado petrolífero, tirava conclusões referentes aos melhores meios de superar uma eventual crise, as quais reproduzimos abaixo:

"Nosso país deveria esforçar-se continuamente para reduzir as tarifas aduaneiras e as restrições conseqüentes, simplificando as formalidades alfandegárias. É necessário encontrar os meios de emprender estas reformas em bases mútuas". A "Standard" admite que as barreiras deste gênero restringem o comércio mundial em seu conjunto, reduzindo a concorrência e criando estados de penúria artificiais. Não lhe parece que a regra atual de conduta "Comprei americanos!" Seja compatível com o objetivo procurado, ou seja, o de encorajar o comércio alienígena. Eis porque ela pede a revisão, senão a supressão desta regra quase legal e a manutenção em vigor da assim denominada lei do comércio recíproco.

Essa empresa queria também que fosse revisada a política fiscal dos EE.UU. relativa aos investimentos no exterior, que grava freqüentemente as companhias americanas que operam no ultramar, pelo regime da dupla incidência direta e indireta. "É necessário" diz ainda, "restabelecer o princípio da cortezia entre nações, segundo a qual as atividades no exterior deveriam ser reguladas pela jurisprudência do país onde elas exercem suas atividades e não ficarem sob o

guante das leis americanas. Uma das principais regras de nosso governo no que concerne ao comércio exterior deveria ser a uniformidade de conduta, a lógica, pois êle é muito importante para os EE.UU. Nosso país em que o nível de produtividade é o mais elevado do mundo atingiu um grau de desenvolvimento econômico que nos permite não somente assegurar as necessidades de nosso próprio consumo em numerosos produtos, mas ainda de os fabricar muito além das nossas necessidades. É evidente que, a menos que tais produtos sejam dados a trôco de nada, não poderemos encontrar saída para êles, sem aceitar, em contra-partida, os produtos estrangeiros. E tem-se uma grande vantagem em tais trocas, uma vez que troquemos nossos produtos pelos que temos carência ou por aquêles que outros países possam fabricar em melhor conta, pois assim teremos a vantagem de dispor de u'a maior variedade de coisas ou de as obter a preços mais baixos".

Esses argumentos e outros semelhantes, que terão sido certamente compreendidos pelos membros da Comissão Randall, tornaram evidente que o Presidente Eisenhower meditou sôbre os mesmos. Seu conhecimento da Europa, sua autoridade, a retidão de seu julgamento permitem esperar que faça valer sua opinião no Congresso. Suas recentes mensagens são de bom augúrio a êste respeito.

A POSIÇÃO SOVIÉTICA E A PAZ MUNDIAL

Em fins de outubro de 1953, os Soviets reuniram em Varsóvia o Conselho de Ajuda Econômica, criado para se contrapor ao plano Schumann, à "Comunidade do Carvão e Aço" e assegurar a homogeneidade do bloco oriental. Esta Conferência decidiu, entre outros assuntos, a coordenação econômica mais estreita dos países interessados, a centralização da distribuição das matérias-primas e a transferência eventual, segundo as necessidades, das instalações de usinas

de um país para outro. Um plano quinquenal de conjunto será apresentado na sessão da primavera próxima. O Oriente, também não está isento de um ambiente de inquietação.

A 3 de outubro de 1952, Stalin publicava na revista "Bolchevik" um extenso artigo doutrinário no qual recomendava a constituição de um bloco de nações — China, U.R.S.S. e satélites — oposto às nações "capitalistas" e no seio do qual, tudo correria melhor. Haveria então dois mercados mundiais paralelos. Stalin julgava que as dificuldades de escoamento no mercado mundial se agravariam para as nações "capitalistas" e desencadeariam uma crise "em ligação com a desintegração do mercado mundial".

Stalin admitia também que "as contradições entre o capitalismo e o socialismo são mais fortes, teoricamente, que entre os países capitalistas". Isto para os teóricos do bolchevismo, era já verdadeiro, evidentemente, antes da segunda guerra mundial. Porque então, esta guerra começou entre os próprios países capitalistas entre si e não foi desencadeada por êstes contra a U.R.S.S., país socialista? O próprio Stalin respondeu: Porque a guerra entre países capitalistas repousa unicamente na questão da predominância dêstes, uns sôbre os outros, enquanto que a guerra contra a U.R.S.S. envolveria obrigatoriamente a questão da existência do próprio capitalismo. O ditador concluía que nações como a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Japão, se bem que imperialistas como os EE.UU., sacudirão um dia o "jugo americano" porque "a luta dos países capitalistas pelos mercados e o desejo de esmagar os concorrentes foram na prática mais fortes (no passado) que as contradições no campo do capitalismo e do socialismo. "Em consequência, as guerras entre os países capitalistas são inevitáveis..."

O professor Eugène Varga, o mais célebre economista soviético, que foi ministro da economia em 1919, com Lenine, endossa totalmente es-

ta opinião numa obra que foi editada no fim do ano passado e que é intitulada "As contradições e a luta no interior do campo imperialista". Esta tomada de posição é tanto mais notável, de vez que, em 1946 Varga havia escrito que o capitalismo ocidental tinha encontrado os meios de sustar os crises, o que lhe tinha valido alguns "abrecimentos" por parte dos marxistas intransigentes. Presentemente, êle juntou-se novamente a êles. Com efeito, agora assim se manifesta: "A União Soviética não tem necessidade de uma guerra para enfraquecer o sistema imperialista; as leis internas do capitalismo provocam inevitavelmente o seu desmoronamento".

Stalin em seu discurso de encerramento do 19º Congresso do Partido Comunista, a 14 de outubro de 1952, insistia novamente nas contradições internas dos países capitalistas exortando "os partidos comunistas irmãos, brigada de choque da *revolução mundial* na destruição da *burguezia internacional*". Molotov e Malenkov, em seus discursos, desenvolveram as mesmas teses. Êles argumentavam que as tarefas gigantescas assumidas pelos EE.UU. excederiam a sua potência financeira, provocariam crises econômicas e, no âmbito destas, crises sociais que abririam, elas mesmas, caminho ao bolchevismo.

Nessa época, a opinião inglesa conservadora, tanto quanto a trabalhista, admitia, com razão, que Stalin não pensava realmente que uma guerra fôsse provável entre as potências ocidentais, mas que êle exploraria ao máximo suas divergências e que poderia mesmo oferecer um acôrdo a um ou outro dentre êles. Para o "Times", Stalin era

"o automobilista que se detem (tendo deixado seu motor ligado) quando as luzes são vermelhas e que vai para diante quando são verdes". A estratégia fundamentada do comunismo permanece invariável, hoje como ontem: trata-se de explorar tôdas as contradições da sociedade capitalista.

Atualmente, dir-se-á, a U.R.S.S. faz sua política mudar de rumo e o governo de Malenkov parece seguir a regra de conduta que seu chefe definia em março de 1953 nos seguintes termos: "O partido comunista e o governo da U.R.S.S. consideram que só uma política exterior baseada na confiança mútua é necessária e justa, a qual somente provém dos fatos e se acha confirmada por êles". Trata-se de sábias palavras, mas os dirigentes soviéticos estão demasiadamente advertidos das realidades internacionais para crerem que seja possível a "co-existência" dos dois sistemas econômicos e políticos que partilham o mundo, se um dêles — o sistema comunista — continui a desejar a derrocada, pura e simples do outro e não cesse de trabalhar por intermédio dos "partidos comunistas irmãos, brigada de choque da *revolução mundial*".

De qualquer modo, um verdadeiro regulamento pacífico, infinitamente desejável, somente seria obtido se as nações ocidentais permanecessem estreitamente unidas, tanto no plano econômico, quanto no político. Elas não serão verdadeiramente poderosas se deixarem aumentar as ameaças no domínio econômico. As nações democráticas podem impedir a crise, pois para isso possuem todos os meios necessários; será necessário apenas uma certa largueza de vistas.

IMOBILIÁRIA BRASIL-CENTRAL LTDA.

Loteamentos e Incorporações — Compra e Venda de Imóveis à Vista

RUA VISC. INHAÚMA, 134 — 10º AND. — SALAS 1026 A 1029 — Tel. 23-1215

Rio de Janeiro